

A. I. N° - 210432.0010/04-0
AUTUADO - SANTOS GIL COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA.
AUTUANTE - LUCIANO SILVA MORAES
ORIGEM - INF AZ IGUATEMI
INTERNET - 20.07.04

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0259-02/04

EMENTA: ICMS. 1. SIMBAHIA. a) MICROEMPRESA. RECOLHIMENTO DO IMPOSTO EFETUADO A MENOS. Comprovado o recolhimento parcial do imposto exigido. b) EMPRESA DE PEQUENO PORTE. RECOLHIMENTO DO IMPOSTO EFETUADO A MENOS. Autuado não contestou. 2. DOCUMENTOS DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS. DME. DECLARAÇÃO INCORRETA DE DADOS. MULTA. Infração não impugnada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 30/03/2004, refere-se à exigência de R\$5.067,71 de ICMS e multa, em decorrência de:

1. Recolhimento do ICMS efetuado a menos, na condição de Microempresa enquadrada no SIMBAHIA, no período de dezembro de 1999 a março de 2001.
2. Recolhimento do ICMS efetuado a menos, na condição de Empresa de Pequeno Porte enquadrada no SIMBAHIA, nos meses de abril e julho de 2001 e de maio de 2002 a junho de 2003.
3. Declaração incorreta de dados apresentados na DME referentes aos exercícios de 1999, 2000 e 2001, sendo exigida a multa correspondente a cada exercício.

O autuado apresentou impugnação às fls. 82/83 dos autos, alegando que reconhece parcialmente a primeira infração, e efetuou o pagamento devido, conforme parcelamento que anexou aos autos; solicitou a exclusão do valor de R\$937,86 referente ao mês de abril/2001, em razão de tratar-se de imposto efetivamente pago através de DAE, que por erro de digitação do banco foi indicado como mês de referência maio/2001. Informou que procurou sanar a irregularidade mediante processo de retificação de DAE protocolado na Infaz Iguatemi. Quanto às infrações 02 e 03, o autuado informou que reconhece o cometimento e já providenciou o pagamento devido através de DAE de parcelamento. Por isso, solicitou a procedência parcial do Auto de Infração.

O autuante apresentou informação fiscal à fl. 86 dos autos, dizendo que o contribuinte foi autuado porque não foram localizados os pagamentos referentes aos períodos objeto do levantamento fiscal. Entretanto, reconhece a improcedência de parte da primeira infração, referente ao mês 04/2001, em razão da comprovação de que o imposto foi efetivamente pago, conforme DAE. Por isso, informou que é procedente a alegação defensiva, solicitando a manutenção de todo o restante dos lançamentos efetuados neste PAF. Assim, opinou pela procedência parcial do Auto de Infração.

VOTO

O primeiro item do Auto de Infração trata de exigência de ICMS, tendo em vista que foi constatado recolhimento do imposto efetuado a menos, na condição de Microempresa enquadrada no Regime Simplificado de Apuração (SIMBAHIA), referente período de dezembro de 1999 a março de 2001, conforme demonstrativos às fls. 34 a 38 dos autos.

Em sua impugnação, o autuado alegou e comprovou o pagamento do imposto devido referente ao mês de abril de 2001, e o autuante reconheceu a procedência da alegação defensiva, conforme informação fiscal à fl. 86 dos autos.

Considerando que não existe controvérsia quanto ao item impugnado pelo autuado que reconheceu o cometimento das infrações 02 e 03, entendo que subsiste em parte a autuação fiscal, devendo ser excluído apenas o valor exigido de R\$917,24, referente ao mês 04/2001, em decorrência do recolhimento parcial do imposto originalmente reclamado.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **210432.0010/04-0**, lavrado contra **SANTOS GIL COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$3.792,21**, acrescido da multa de 50%, prevista no art. 42, inciso I, alínea “b”, item 3, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, além das multas de **6 UPFs-BA** e de **R\$120,00**, previstas no art. 42, inciso XVIII, alínea “c”, da Lei nº 7.014/96, sendo a segunda, com a alteração introduzida pela Lei nº 7.753/00.

Sala das Sessões do CONSEF, 15 de julho de 2004.

FERNANDO ANTÔNIO BRITO DE ARAÚJO – PRESIDENTE

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - RELATOR

JOSÉ CARLOS BACELAR - JULGADOR